



Arquivos de movimentos populares: uma análise das práticas de organização e representação do conhecimento no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

Wilson Roberto Veronez Júnior

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

wilson.veronez@unesp.br

Edmilson Alves dos Santos Júnior

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

edmilson.junior@unesp.br

Janaina Fernandes Guimarães Polonini

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

janaina.polonini@unesp.br

Resumo: Nos últimos 30 anos, as discussões científicas que se inserem nos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia são diversas, e essa pluralidade interdisciplinar permeia as mais diversas temáticas. Este artigo analisa os processos de organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos populares de moradia urbana, com foco no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A constituição do MTST se deu por volta de 1997 na cidade de São Paulo. Esta década é marcada pelo incipiente projeto neoliberal que se instaura no Brasil e já anda a passos largos em outras regiões do planeta. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e com abordagem qualitativa. O referencial teórico foi recuperado em bases de dados, periódicos, revistas, eventos e congressos científicos. Ao longo do tempo, os arquivos de movimentos populares foram abandonados, essa falta de cuidado e preservação se dá com a maioria dos movimentos populares. Os arquivos desses movimentos retratam as lutas de trabalhadores que se encontram em um cenário de geração de conhecimento fora do escopo das estruturas acadêmicas tradicionais, uma vez que não estão inseridos em um contexto científico, e que para as instituições tradicionais, como as universidades e as sociedades científicas, esses movimentos não produzem conhecimento com base em métodos científicos. Nessa discussão, é necessário evidenciar as lutas desses movimentos no cotidiano, assim como dar visibilidade à organização e representação do conhecimento que por eles são produzidos e que carecem de maiores reflexões e atenção do poder público, dos governos e das instituições tradicionais para sua evidenciação.



Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos - Arquivos de Movimentos Populares - Movimentos Populares - Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto - Movimento de Moradia Urbana



Introdução

Nos últimos 30 anos, as discussões e produções científicas que se inserem e que relacionam os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia do ponto de vista científico e epistemológico são diversas, e essa pluralidade interdisciplinar permeia as mais diversas temáticas, como: classificação arquivística (funcional, estrutural ou híbrida), princípios arquivísticos (proveniência/respeito aos fundos, organicidade, territorialidade, indivisibilidade, integridade), descrição arquivística, elaboração de tesouros funcionais, teoria do conceito (a partir dos estudos de Ingetraut Dahlberg (1978, 1993) e Birger Hjørland (2003, 2008, 2009), diplomática, diplomática jurídica, diplomática arquivística contemporânea, tipologia e identificação, documental, indexação manual ou automatizada, elaboração de sistemas de organização do conhecimento em arquivos, análise de processos em arquivos de partidos políticos e de movimentos sociais, entre outros temas de ordem teórica, metodológica e prática.

O exercício de analisar a elaboração e aplicação de instrumentos e processos de organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos populares não se trata de uma tarefa fácil, já que de modo geral, esses movimentos não adotam e ou na maioria dos casos, por falta de orientações de profissionais especializados (arquivistas) não conhecem os princípios e preceitos estabelecidos pela Arquivologia. A falta dessas diretrizes arquivísticas reflete na fragmentação e dispersão dos acervos documentais, assim como no processo de organização, representação, gestão, recuperação e na reconstituição de fundos documentais. A reconstituição de fundos documentais, com base no princípio da proveniência, sendo este o princípio elementar das práticas arquivísticas, permite com que os documentos sejam analisados de forma integrada, melhor dizendo, os documentos não podem ser analisados isoladamente, uma vez que o documento isolado faz parte de um fundo de arquivo e tem que ser agrupado aos demais para que ele faça sentido na estrutura orgânica ao qual ele pertence. A análise do órgão produtor (instituição) e do contexto se faz presente na produção e gestão documental. Dessa maneira, o documento se faz presente desde a sua constituição, transferência e destinação.

Diante disso, este artigo busca analisar a existência ou não de processos de organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos populares de moradia urbana, com foco no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Em termos técnicos, esse processo de organização e representação se dá pela elaboração e aplicação de instrumentos de gestão (tabela de temporalidade, plano de classificação, quadro de arranjo) e de pesquisa (guias, catálogos, índices, repertórios). A existência destes instrumentos possibilita demonstrar e representar como os movimentos populares produzem, organizam, representam, preservam, conservam, armazenam, difundem e permitem o acesso ao conhecimento produzido por sua militância. A não existência dessas ferramentas demonstra a fragilidade e a falta de interesse da sociedade e de outros segmentos no conhecimento e nas ações produzidas por esses movimentos populares ao longo da história.

No caso da existência de instrumentos de gestão, como o plano de classificação, isso possibilitaria a verificação das classes, subclasses, grupos, subgrupos, séries, subséries e demonstrar de forma clara como se dá às relações entre os documentos na dinâmica e cultura organizacional da



instituição. Aliado a isso, a existência da tabela de temporalidade ajudaria a ter uma ideia sobre os prazos de permanência dos documentos no acervo. Essa temporalidade determina se os documentos serão transferidos do arquivo corrente para o intermediário, ou se serão recolhidos ao arquivo permanente ou sendo até mesmo eliminados.

Contudo, é preciso esclarecer que antes da elaboração e aplicação destes instrumentos de gestão, se faz necessário realizar o processo de avaliação e identificação documental. Nesse processo, a teoria das três idades ou ciclo vital dos documentos de arquivo é imprescindível na produção documental, e também, recorda-se que esse processo está atrelado de forma estrita aos princípios arquivísticos, essencialmente pelo princípio da proveniência ou de respeito aos fundos.

No que diz respeito aos instrumentos de pesquisa, principalmente dos guias, seria possível se ter uma ideia mais clara da existência e da identificação de espécies, gêneros, suportes, tipologias e tipos documentais nos acervos de movimentos populares. O guia, em linhas gerais, possibilita ter o conhecimento sobre a produção documental da instituição e dos fundos documentais a partir de uma perspectiva global.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e com abordagem qualitativa na medida em que são recuperadas e analisadas produções científicas em bases de dados, periódicos, revistas, eventos, congressos científicos, como o Evento Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), e obras de referências, como manuais e dicionários especializados sobre Movimentos Populares, Movimento de Moradia Urbana, Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto, Arquivologia, Arquivos de Movimentos Sociais, Arquivos de Movimentos Populares, Instrumentos de Gestão, Instrumentos de Pesquisa, Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade, Organização e Representação do Conhecimento, Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos. Os materiais foram recuperados nos idiomas português, espanhol e inglês. Não houve delimitação de período para a recuperação dos materiais nas fontes de informação propostas.

Arquivos de Movimentos Populares

Mesmo que não tenha uma definição específica sobre arquivos de movimentos populares na literatura arquivística, mas que com base no Dicionário de Terminologia Arquivística, organizado por Camargo y Bellotto (1996), é possível compreender que trata-se de documentos, independente de seu suporte, produzidos e recebidos por uma pessoa jurídica, instituição pública e privada, entidades do terceiro setor e até mesmo em movimentos sociais, partidos políticos, movimentos populares e organizações não governamentais (ONGs). Logo, o que caracteriza esse tipo de arquivo é o suporte e a informação.

Nessa perspectiva, é preciso lembrar que os movimentos populares de luta, segundo Camoleze (2022), produz e registra informações para a manutenção de suas lutas e para a preservação da memória de seus sujeitos políticos. Assim, esses arquivos não são criados apenas para fins de prova e testemunho, mas também para a preservação de todo o conhecimento produzido pelos movimentos populares de luta e que necessitam ser organizados, representados e acessados pelas gerações



futuras. Esse acesso permite com que os movimentos populares mantenham suas lutas, já que esses movimentos dependem de seus registros documentais para a sua identidade cultural.

Portanto, quando se trata deste tema, o que mais se aproxima são os arquivos públicos, arquivos históricos e os centros de documentação, informação e memória, já que são instituições documentais que historicamente realizam a custódia e o gerenciamento dos arquivos de movimentos dessa natureza.

A seguir, serão apresentados os aspectos teóricos e históricos sobre o MTST, sendo este um dos movimentos populares de moradia com maior capilaridade no Brasil.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

Historicamente, a constituição do MTST se deu por volta de 1997 na cidade de São Paulo. Esta década é marcada pelo incipiente projeto político de ordem neoliberal que se instaura no Brasil (com a gestão de Fernando Henrique Cardoso) e já anda a passos largos em outras regiões do mundo (implementadas por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, Reino Unido e Estados Unidos da América, respectivamente). No Brasil, este projeto econômico tem influência diretamente em processos de privatizações de instituições estatais, como o caso da Vale do Rio Doce.

O MTST é um movimento popular de moradia urbana composto por uma parcela dessa classe trabalhadora, ele é organizado por trabalhadores urbanos a partir de comunidades periféricas das capitais, regiões metropolitanas e do interior do Brasil. Desde seu surgimento o movimento já tinha uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades brasileiras. Todavia, embora o MTST tenha alcance nacional, a sua base de atuação política tem mais consistência especificamente na capital paulistana.

O MTST tem como objetivo principal também uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas, as quais giram em torno do lucro e da especulação imobiliária, com isso, expulsam os trabalhadores para as favelas e periferias e tornam cada vez mais precários os serviços públicos. A principal tática de luta do movimento é a ocupação de terrenos vazios, a fim de pressionar a construção de habitações, conforme expresso na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Santos y Goulart (2016), destacam que identificar o surgimento do MTST não é algo simples, pois como é comum nos movimentos sociais em geral não há uma formalização da data de sua fundação, mas sim um processo de constituição em que suas características vão sendo paulatinamente aprimoradas. A ideia de movimento social remonta a luta de trabalhadores e trabalhadoras desde o século XIX, e isso foi manifestado em diversos movimentos ao longo do tempo.

Goulart (2011), recorda que elaborar um histórico de um movimento social é um trabalho um tanto arduo. As informações nem sempre são precisas; e nem poderiam, até por uma questão de segurança do próprio movimento e de seus militantes. Seu processo de constituição envolve avanços e recuos, histórias que se entrecruzam, expectativas projetadas nas ações políticas, lembranças e memórias individuais e coletivas que formam diferentes enfoques.

Nessa continuidade, discutir a história de um movimento social requer alguns requisitos básicos, primeiro, o conhecimento do contexto em que estão inseridos aqueles militantes e, segundo, um profundo conhecimento sobre os movimentos de lutas ao qual eles também se inserem. Ao longo



do tempo, muitos estudos foram realizados acerca da realidade dos movimentos sociais e populares, na maioria das vezes, o pesquisador apenas coleta os dados e acaba não retornando para discutir os resultados com os próprios sujeitos políticos que compõem o movimento. Logo, a impressão que fica é que o conhecimento não avança no aspecto social, já que os investigador não insere aqueles sujeitos na construção e reconstrução do conhecimento que por eles são produzidos.

Goulart (2011) lembra que o MTST surge no final dos anos 1990 e cresce em número de ocupações e áreas de sua atuação territorial, até chegar à nacionalização em 2009. Toda sua trajetória foi construída sob o projeto neoliberal em pleno desenvolvimento no Brasil, e mais da metade de sua existência ocorreu durante os dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República, com Luiz Inácio Lula da Lula e Dilma Rousseff. O MTST como herdeiro de uma forma de ação coletiva, advinda dos movimentos sociais no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), pauta-se por redimensionar esta herança e transformá-la, superando suas premissas principais de luta pela cidadania e apostando na institucionalização de seus atos políticos.

Uma das principais bandeiras de luta do MTST é o direito à moradia digna e a reforma urbana. Contudo, as práxis do Movimento transcendem essas demandas, visto que o direito às mulheres, direito ao trabalho e renda, direito a um espaço para produzir seus alimentos, entre outras também são pautas históricas inerentes às ações políticas do Movimento. Desse modo, as ações desenvolvidas pelo MTST tem como pressuposto a organização territorial de trabalhadores e trabalhadoras na luta por melhores condições de vida, que não se restringe a conquista da terra ou da moradia, ela caminha em direção a construção do poder popular e de uma radical transformação da realidade enquanto um espaço de ocupação urbana (Oliveira, 2020).

Goulart (2011), entende que uma das maiores constatações é a de que o MTST é oriundo das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), isto é, em 1997, no contexto da Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, militantes do MST entenderam que como a maior concentração de lutas se dá no contexto urbano, houve a necessidade de se criar um movimento que pudesse reivindicar o direito à moradia. Todavia, com a primeira vitória de Lula da Silva, em 2003, houve uma ruptura entre os dois movimentos, devido à proximidade do movimento rural com o governo recém-eleito democraticamente. Por outro lado, havia a necessidade do MTST tomar um rumo próprio nas ações e nas formas de luta mais adequadas à realidade urbana. Em 2023, com a volta de Lula pela terceira vez à presidência da nação, o MTST tem apresentado uma representatividade maior do que em épocas passadas. Porém, o Movimento ainda não tem o mesmo prestígio de outros movimentos sociais, como o caso do MST. Essa falta de prestígio, muitas vezes pode estar associada ao fato do MTST ter uma atuação mais sólida no estado de São Paulo, já o MST abrange uma complexidade regional maior no território brasileiro.

Boulos (2018), atual deputado federal por São Paulo e coordenador nacional do MTST, aponta que o movimento não tem o objetivo de construir novas favelizações, que geralmente são construções não organizadas, mas sim interessantes experiências de lutas em defesa de moradia urbana e com condições de uso. Além da ocupação de terrenos e espaços ociosos, uma importante tática de luta do movimento é a ocupação de instituições governamentais, como prefeituras, secretarias e



subsecretarias, e a obstrução de importantes avenidas e vias públicas com o objetivo de inviabilizar o transporte de mercadorias e causar prejuízos para o capital. Mesmo que a sociedade veja os militantes como baderneiros e que só querem arrumar confusão, na realidade, não é bem isso, mas essa é uma estratégia para chamar a atenção das autoridades competentes e que possuem o poder para mudar o *status quo*.

Tais expressões de desigualdades são manifestas no barraco de lona preta, nas paredes de compensado, na ausência de saneamento básico, energia elétrica, acesso a rede de internet. Também estão presentes nas painéis vazias feitas de recipientes que antes abrigavam tintas. No fogão construído a partir de pilhas de tijolos. Nos gravetos que são acesos para aquecer a água. Co-habitando no pequeno espaço, estão crianças, jovens e idosos. Na maior parte dos casos, está muitas vezes a família abrigando consigo o desemprego, a fome, o adoecimento físico e mental, o racismo, o sexismo, a violência de gênero, violência doméstica, o estigma, entre outros preconceitos presentes na sociedade. Compelidos a construir estratégias de melhor resistir, acabam por fazer de uma ocupação seu espaço de moradia, constituindo um segmento populacional que está aquém às normativas, legislações e condicionalidades dos programas habitacionais, tampouco tem direito, quiçá, acesso à cidade.

De fato, segundo Oliveira (2020, p. 8),

podemos adiantar que: as análises que emergem da realidade, a partir dos relatos e histórias de vida permitem inferir que a construção de estratégias de enfrentamento à barbárie se legitimam através dos laços de solidariedade de classe, ultrapassando as dimensões privativas do lar e dos espaços sócio ocupacionais. Estão presentes nos locais de uso coletivo, como cozinhas e hortas comunitárias, na reunião de moradores, nas assembleias e na construção de estratégias para melhor responder a ausência de saneamento básico, como a proposta do Plano Popular de Gestão de Resíduos desenvolvido pelo MTST e moradores da Ocupação Povo Sem Medo (OPSM).

As ocupações urbanas, que se instalam em meio a esse caos, reiteram a necessidade de luta e disputa do espaço urbano. Luta que se faz contra a especulação imobiliária trazendo à tona a urgência política e ideológica em pautar o debate sobre o valor de uso do solo urbano em detrimento ao valor de troca. Valor este estabelecido pelo mercado, cujas estratégias classistas empurram para as franjas da cidade sujeitos em extrema vulnerabilidade, cujos modos de vida não se enquadram nas normativas sociais, tampouco dispõe de meios para “acessar” um “direito humano” pela via do consumo. Contam ainda, com ações de cunho repressivo do Estado através de remoções, reintegrações de posse violentas, despejos durante a madrugada, tipificação criminosa das estratégias de luta dos movimentos sociais urbanos ancoradas a uma narrativa falaciosa de garantir o desenvolvimento econômico, a segurança e o convívio social (Oliveira, 2020).

Segundo Souza (2019), após mais de 20 anos de luta, o MTST se consolidou como um dos movimentos sociais brasileiros mais importantes do Brasil contemporâneo. E, ao desafiar o capital econômico com sua luta pela reforma urbana e outra lógica de cidade, o movimento atraiu muitos inimigos, por este motivo é constantemente alvo de desinformações sobre a sua luta e criminalizado, por políticos e parte da sociedade. Essa é uma situação muito similar ao MST, na verdade, se trata de



um estigma: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, ora por sua forma de atuação, ora por seus métodos de ocupação, ora pelo simples fato de existirem.

Na próxima seção, discute-se a constituição e a formação de arquivos de movimentos populares de moradia urbana, ou seja, o MTST. Dessa maneira, analisa-se a existência ou não de instrumentos e as práticas de organização e representação do conhecimento.

Discussão: Constituição e formação de arquivos de movimentos populares: o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

Diante do exposto, é necessário evidenciar as lutas desses movimentos populares no cotidiano, assim como dar visibilidade ao conhecimento que por eles são produzidos e que carecem de maiores reflexões e atenção do poder público, dos governos e das instituições burocráticas-tradicionais. Somado a isso, é necessário também a elaboração e a adoção de parâmetros arquivísticos para a constituição, organização e representação de seus acervos documentais, mas quando se trata das funções arquivísticas (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão), estamos querendo dizer que existe a necessidade de uma padronização dessas funções na constituição de arquivos de movimentos populares, levando em consideração, que dentro dessas funções, a principal é a última, ou seja, a difusão e o acesso a esses arquivos.

Por assim dizer, ao analisar as práxis dos movimentos populares, verifica-se que os arquivos são produzidos com reflexos nessas atividades culturais, ou seja, por meio de atos políticos, manifestações públicas, ações populares, enfrentamento a violência política promovida pelas grandes corporações do mercado imobiliários e construtoras, na elaboração e realização de cursos de formação política, oficinas de cartazes, entrega de panfletos, relações dialógicas, rodas de conversa, decisões democráticas, entre outras atividades e estratégias que representam as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras sem-teto. Assim, essas atividades têm algo em comum, isto é, produzem registros documentais, e isso precisa ser preservado, pois esses registros é que dão continuidade à luta do movimento.

No contexto dos movimentos populares, os principais tipos documentais produzidos e encontrados são: folhetos, cartazes, cartas, cartilhas, cadernos de formação, correspondências, ofícios, jornais, recortes de jornais, fotografias, entre outros. Desses tipos documentais, os mais produzidos são fotografias e os cartazes. Logo, infere-se que a produção desses tipos documentais tem por função a preservação da memória do MTST, já que as fotografias têm um apelo emocional e pessoal com relação a determinados fatos históricos vivenciados pelos sujeitos políticos. No que se refere aos cartazes, são utilizados como instrumentos de comunicação, na medida em que o registro da informação neste tipo documental manifesta os anseios dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-teto.

Dessa maneira, mesmo não sendo produzidos com base na adoção de princípios (sobretudo da proveniência e da organicidade) e funções arquivísticas, isso não quer dizer que estão fazendo a produção documental de forma equivocada, pelo contrário, estão fazendo isso para manutenção de sua memória, de suas lutas, suas conquistas. A diferença de um movimento popular para uma empresa



ou instituição tradicional é a de que não precisam provar o seu ato político e sua existência enquanto um movimento de reivindicação, pois não necessitam prestar contas de suas ações para uma empresa de auditoria privada ou do governo, Tribunal de Contas da União ou dos Estados ou para a Receita Federal, mas necessitam demonstrar suas lutas para a sociedade, precisam justificar o motivo daquilo, visto que a maioria desses movimentos populares são criminalizados por diversos meios de comunicação e pela sociedade. Assim, fica evidente que a discussão sobre a adoção de processos e parâmetros arquivísticos se trata de um tema complexo no interior dos movimentos populares.

Diante disso, não existe a possibilidade imediata de impor de forma autoritária ou até mesmo com base em legislações específicas a imposição de produção documental a partir de princípios, diretrizes, preceitos e métodos da Arquivologia, pois isso exige por parte do arquivista um diálogo educativo, cultural e consistente com esses movimentos populares. Além do mais, esses movimentos operam em uma situação de clandestinidade, pois é comum que não adotem personalidade jurídica para o desempenho de suas atividades políticas. Assim, essa falta de personalidade jurídica pode ser interpretada como uma associação que não dispõe de legitimidade para fazer o que está fazendo. Porém, mesmo não tendo uma personalidade jurídica estabelecida, o MTST é um movimento legítimo e que reivindica os seus direitos sociais conforme parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal.

Todavia, parte da sociedade que apoia o movimento sabe que as ações do MTST transcendem as demandas sociais por moradia urbana, e essas ações se estendem a outras que são imprescindíveis para a sobrevivência humana, como o direito à alimentação, direito ao voto, direito das mulheres a ocupação de espaços públicos e na política, direito à liberdade de gênero, entre outras. Nesse sentido, a falta de registros documentais não faz sentido, já que essas lutas precisam ser evidenciadas por meio de documentos, ou como diziam Egan y Shera (1952), o conhecimento é materializado por intermédio de registros gráficos, em outras palavras, em um suporte informacional que irá perdurar no espaço com o tempo. A comunicação desses registros documentais/gráficos incorpora a ideia de propagação das atividades do MTST em inúmeros cenários.

Com relação a elaboração e aplicação de instrumentos de organização e representação do conhecimento em arquivos, a reflexão que cabe é que esses movimentos populares seguem uma tradição cultural muito peculiar para a preservação de seus registros documentais. Em primeiro lugar, estamos refletindo sobre as condições de um movimento em que os seus militantes não possuem moradias, logo, a ação de se produzir, organizar, representar e manter a custódia de seus documentos pode ser entendido como um movimento de arquivo itinerante ou descentralizado, na medida em que este arquivo não está centralizado em um local fixo, haja visto a frequência com que esses sujeitos políticos ocupam espaços diferentes ao longo de sua permanência temporária nas cidades. Entretanto, a falta de um acervo fixo representa a falta de interesse político do estado e de instituições documentais no valor material e imaterial produzido por esses movimentos populares. Muitos desses acervos documentais não refletem apenas as lutas dos movimentos populares, mas outros fatos históricos que se somam às ações de outras entidades que passaram pela mesma situação em algum momento.

Nessa circunstância, cabe ao próprio MTST transferir o seu acervo, já que a documentação é levada junto, mas, nesse processo de transporte, alguns documentos acabam se perdendo e isso



dificulta a recomposição dos fundos documentais, já que a contextualização de determinados fatos e atos políticos se perdem. Nesse simbolismo, o Movimento, mesmo diante de suas limitações, continua firme e forte na sua luta em defesa dos oprimidos que buscam uma oportunidade de moradia e de dignidade humana.

Considerações Parciais

Este artigo por meio de pesquisa bibliográfica buscou explorar a interseção entre a Organização do Conhecimento e a Arquivologia, destacando o desafio de estabelecer e aplicação de instrumentos de organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos populares, com um enfoque específico no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Ao longo do estudo, ficou evidente a complexidade desses processos, dada a falta de adoção sistemática dos princípios arquivísticos por parte desses movimentos.

A diversidade temática abordada na literatura científica revela a riqueza de reflexões nesse campo, desde a classificação arquivística até a análise de arquivos de movimentos sociais. No entanto, a lacuna em relação aos movimentos populares, especialmente no contexto do MTST, indica a necessidade de uma maior atenção e pesquisa dedicada a essa área específica. A incorporação da discussão sobre os arquivos de movimentos populares no escopo da Organização e Representação do Conhecimento se faz emergente e necessária.

Este estudo sublinha a necessidade de uma abordagem mais estruturada e padronizada nas funções arquivísticas, especialmente na difusão e acesso aos arquivos de movimentos populares. A valorização do conhecimento gerado por esses movimentos vai além das práticas convencionais, exigindo uma compreensão mais profunda de suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências bibliográficas

- Boulos, G. (2018). *Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME.
- Camargo, A. M. de A & Bellotto, H. L. (1996). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos.
- Camoleze, J. M. C. (2022). Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (Tese de Doutorado). Marília: Universidade Estadual Paulista (UNESP). <http://hdl.handle.net/11449/234955>
- Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência da informação*, 7(2), 101-107.
- Dahlberg, I. (1993). Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, 20(4), 211-222.
- Egan, M. E., & Shera, J. H. (1952). Foundations of a theory of bibliography. *The Library Quarterly*, 22(2), 125-137.



- Goulart, D. C. (2011). O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST. (Tese de Doutorado). Marília: Universidade Estadual Paulista.
- Hjørland, B. (2003). Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge organization*, 30(2), 87-111.
- Hjørland, B. (2008). What is knowledge organization (KO)?. *Knowledge Organization*, 35(2-3), 86-101.
- Hjørland, B. (2009). Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(8), 1519-1536.
- Oliveira, J. N. G (2020). O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e os impactos da pandemia na luta pelo direito à cidade. In: *Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho*. Porto Alegre, RS.
- Santos, P. H. H. A & Goulart, D. C. dos S. (2016). Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político. *Lutas Sociais*, 20(37), 142-154.
- Souza, M. C. da S (2019). A luta pelo direito à cidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Rio de Janeiro. In: *IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1692_1692_5cca60fc579b6.pdf

